



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DONA EMMA
PROCESSO SELETIVO



ANÁLISE DOS RECURSOS
CONTRA FORMULAÇÃO DA QUESTÃO E DISCORDÂNCIA COM O GABARITO PROVISÓRIO

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ SÉRIES INICIAIS

| Dados da solicitação 01 | |
|---|---|
| QUESTÃO 02 | <p>2) Ainda, sobre a palavra “direito”, conforme utilizada na tira, ela não pode ser substituída, sem alterar o sentido das orações, por:</p> <p>A) Preciso. B) Lídimio. C) Dissoluto. D) Preciso.</p> |
| DESCRIÇÃO Fundamentação das inscrições: 4 – 5 – 7 – 10 - 19 | <p>Fundamentação do Recurso: <u>A QUESTÃO TRAZ DUAS RESPOSTAS IGUAIS: OPÇÃO A E OPÇÃO D, AMBAS COMO RESPOSTA A PALAVRA PRECISO.</u></p> |
| RESPOSTA BANCA | <p>INDEFERIDO. O recurso não assiste razão, pois mesmo com duas alternativas indicadas, nenhuma delas atende ao solicitado pelo enunciado, pois direito e preciso tem relação de sinonímia, como solicitado, pelo enunciado, logo, não interfere na assertiva correta “DISSOLUTO”, que foi dissolvido; que se encontra em estado de dissolução. Que se decompôs; decomposto, desfeito.</p> |



CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ SÉRIES INICIAIS

Dados da solicitação 02

QUESTÃO 23

23) A _____ tem suas origens em iniciativas da Nova Zelândia e Inglaterra, sempre no contexto das discussões sobre os limites à justiça punitiva e as alternativas à criminologia tradicional. De forma muito genérica, o princípio por trás da proposta é o tratamento do delito ou da lesão de forma ampla e através da conscientização de que uma injustiça foi cometida e que esta deve ser sanada em nome da restauração de um nível minimamente equitativo das relações entre as partes em questão. Para tanto, esta “envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca por soluções que promovam a reparação, a reconciliação e restaurem a confiança.” Preenche, corretamente, a lacuna:

- A) Mediação de conflitos
- B) Justiça restaurativa**
- C) Comunicação não-violenta
- D) Cultura de paz

DESCRIÇÃO 1

Fundamentação do Recurso:
O QUE DIZ RESPEITO AO CONTEÚDO DA QUESTÃO É REFERENTE AO CONCELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, PODER JUDICIÁRIO E SEUS CONTEÚDOS, NÃO HAVENDO RELAÇÃO NENHUMA COM A ÁREA DA EDUCAÇÃO E NÃO SENDO MENCIONADO NO EDITAL COMO UM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/SÉRIES INICIAIS. SEGUE A EXPLICAÇÃO DO QUE É JUSTIÇA RESTAURATIVA DE ACORDO COM O SITE DO CONCELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E O QUE CONSTA NO EDITAL:

A Justiça Restaurativa é um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato são solucionados de modo estruturado.

A Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário está delineada na [Resolução CNJ nº 225/2016](#) e tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade da Justiça Restaurativa definidas na normativa, a fim de que não seja desvirtuada ou banalizada.

FONTE: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/justica-restaurativa/>

ANEXO V – CONTINUAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA –

DESCRIÇÃO 2

Fundamentação do Recurso:
O QUE DIZ RESPEITO AO CONTEÚDO DA QUESTÃO É REFERENTE AO CONCELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, PODER JUDICIÁRIO E SEUS CONTEÚDOS, NÃO HAVENDO RELAÇÃO NENHUMA COM A ÁREA DA EDUCAÇÃO E NÃO SENDO MENCIONADO NO EDITAL COMO UM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/SÉRIES INICIAIS. SEGUE A EXPLICAÇÃO DO QUE É JUSTIÇA RESTAURATIVA DE ACORDO COM O SITE DO CONCELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E O QUE CONSTA NO EDITAL:

A Justiça Restaurativa é um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato são solucionados de modo estruturado.

A Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário está delineada na [Resolução CNJ nº 225/2016](#) e tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade da Justiça Restaurativa definidas na normativa, a fim de que não seja desvirtuada ou banalizada.

FONTE: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/justica-restaurativa/>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DONA EMMA
PROCESSO SELETIVO



ANEXO V – CONTINUAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO). CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/SÉRIES INICIAIS: Constituição Federal de 1988 - Artigos 205 a 214. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Ampliação do Ensino Fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e políticas-culturais de educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Inclusão educacional e respeito à diversidade. Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639-2003 História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Plano Nacional de Educação.

FONTE:

https://www.donaemma.sc.gov.br/uploads/853/arquivos/2267293_Retificacao_001__Edital_Processo_Seletivo_003_2021.pdf

RESPOSTA
BANCA

INDEFERIDO. O recurso não atende razão, pois o tema trata de Educação e Direitos Humanos, tema pertinente ao edital e em conformidade com o Ministério da Educação, conforme link de referência.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/promocao-e-defesa/educacao-em-direitos-humanos>